



Câmara Municipal de Juína – MT  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final  
Avenida dos Jambos, 519N, Centro, CEP 78320-000 Juína – MT.  
Telefone: (66) 3566-8900 - <http://www.juina.mt.leg.br> – [assessorialegislativa@juina.mt.leg.br](mailto:assessorialegislativa@juina.mt.leg.br)

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PARECER Nº 13/CLJRF/2025.**

**RELATORIA:** vereador Vitor Gabriel

**CONCLUSÃO DA RELATORIA:** Favorável à tramitação da matéria.

#### **Projeto de Lei nº 11/2025**

##### **Autoria: Poder Executivo Municipal**

Dispõe sobre os procedimentos para concessão de parcelamento especial de débitos fiscais de água e esgoto, com dispensa de juros e multas, nas condições que estabelece e dá outras providências.

## **I – RELATÓRIO**

O presente parecer tem por objeto a análise do **Projeto de Lei n.º 11/2025**, de autoria do **Poder Executivo Municipal**, que dispõe sobre os procedimentos para concessão de **parcelamento especial de débitos fiscais de água e esgoto**, com dispensa de juros e multas, estabelecendo as condições para adesão ao programa.

A proposta visa estimular a arrecadação do Departamento de Água e Esgoto Sanitário de Juína-MT (DAES), proporcionando aos usuários em débito a possibilidade de regularização das pendências financeiras por meio de um programa de parcelamento, no qual o montante das dívidas pode ser reduzido proporcionalmente ao número de parcelas escolhidas.

Além disso, a proposta atende ao princípio da responsabilidade fiscal, conforme previsto no § 1.º do art. 1.º da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), uma vez que objetiva corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio financeiro do DAES e garantir a manutenção e expansão da rede de fornecimento de água e esgoto no município.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA E LEGISLATIVA**

A competência legislativa municipal para tratar do tema está amparada nos artigos 30, inciso I, e 175 da Constituição Federal, que conferem ao município a prerrogativa de organizar e prestar, diretamente ou sob concessão, os serviços públicos locais, como o fornecimento de água e esgoto.

O projeto está em conformidade com a Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), pois prevê a necessidade de demonstrativo do impacto orçamentário e financeiro, conforme exigido pelo seu art. 14. Além disso, estabelece regras claras para adesão ao programa de parcelamento, garantindo segurança jurídica tanto para o DAES quanto para os contribuintes.

Conformidade com a Lei Complementar n.º 95/1998



Câmara Municipal de Juína – MT  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final  
Avenida dos Jambos, 519N, Centro, CEP 78320-000 Juína – MT.  
Telefone: (66) 3566-8900 - <http://www.juina.mt.leg.br> – [assessorialegislativa@juina.mt.leg.br](mailto:assessorialegislativa@juina.mt.leg.br)

A Lei Complementar n.º 95/1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis, exige que os textos normativos sejam claros, objetivos e ordenados de forma lógica. O Projeto de Lei n.º 11/2025 atende parcialmente a esses requisitos, sendo recomendáveis algumas adequações para aprimorar sua redação e evitar ambiguidades na interpretação da norma.

### III – SUGESTÕES DE MELHORIA

- |   |                     |               |   |
|---|---------------------|---------------|---|
| 1 | Clareza             | Art. 1º       | Substituir "transação com o sujeito passivo da obrigação contratual" por "negociação e parcelamento de débitos com o usuário", adequando a terminologia ao contexto de serviço público. |
| 2 | Precisão            | Art. 2º       | Especificar que a "confissão irrevogável e irretratável" refere-se exclusivamente aos valores declarados no pedido de adesão ao REFIS.  |
| 3 | Técnica Legislativa | Art. 5º, § 1º | Substituir "status quo ante" por "situação original do débito", conforme recomendação da técnica legislativa brasileira.  |
| 4 | Clareza             | Art. 6º       | Especificar que o formulário de requerimento será definido por ato do DAES, garantindo uniformidade nos pedidos de adesão.  |

### IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão **opina favoravelmente** pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 11/2025, **recomendando sua aprovação**, com as melhorias sugeridas para adequação plena à Lei Complementar n.º 95/1998.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2025.

**VITOR GABRIEL**  
Relator



Câmara Municipal de Juína – MT  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final  
Avenida dos Jambos, 519N, Centro, CEP 78320-000 Juína – MT.  
Telefone: (66) 3566-8900 - <http://www.juina.mt.leg.br> – [assessorialegislativa@juina.mt.leg.br](mailto:assessorialegislativa@juina.mt.leg.br)

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PARECER N.º 13/2025**  
**PROJETO DE LEI N.º 11/2025**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, após análise detalhada do **Projeto de Lei nº 11/2025**, confirma sua viabilidade legal e manifesta-se pelo **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do presente projeto, recomendando sua aprovação na forma em que foi apresentado, conforme os critérios e condições estabelecidas.

Dessa forma, este parecer consolidado da Comissão está pronto para eventuais deliberações adicionais por parte dos membros desta Casa.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2025.

**FABIANO AURÉLIO RIBEIRO**  
Presidente

**IRINEU LOCATELLI**  
Membro